

# Fiscais tentam derrubar invasões

*Usando notificação falsa, eles tiraram a cobertura de uma loja na SCRN 702/703. Doze já foram suspensos por 60 dias*

**P**erto de 50 fiscais de obras e posturas de pelo menos duas administrações regionais (Brasília e Gama) tentaram ontem retirar as coberturas metálicas das oficinas da SCRN 702/703 Norte, usando para isso de notificação falsa, mas foram impedidos pela Administração Regional de Brasília. Ainda assim, com um maçarico conseguiram tirar a cobertura da Auto Escapamento Diniz. Antes de darem início à segunda retirada, foram interrompidos por proprietários de oficinas e por dois advogados que chamaram a Administração.

Enquanto isso, outra equipe de fiscais percorria os estabelecimentos comerciais da W3 Norte distribuindo notificações, de acordo com o disposto no Decreto 19.072/98, que normaliza a ocupação de áreas públicas em Brasília.

Antes que os fiscais começassem a retirada da segunda cobertura, os advogados George Peixoto Lima e Dalmo Meireles subiram no trator usado na operação e conseguiram impedi-la.

“Fui comprar uma peça, reparei na situação e resolvi tomar uma atitude”, conta George Peixoto Lima. Para Saulo Diniz, proprietário da Auto Escapamento Diniz, foi “uma atitude arbitrária dos fiscais. É um desrespeito à hierarquia.”

Estabelecido o confronto, os donos das oficinas entraram em contato, por telefone, com a Administração de Brasília. Ouviram o que queriam. A operação era ilegal e estava sendo praticada à revelia da Administração. Logo depois, os policiais que acompanhavam os fiscais receberam ordens para deixar o local.

Os fiscais alegaram que as operações podem ser realizadas mesmo sem a anuência da Administração. Eles encaminharam ofício, na terça-feira, ao administrador de Brasília, Antônio Carlos de Andrade, informando a operação e

solicitando o material necessário.

O administrador de Brasília afirma só ter tomado conhecimento desse ofício na noite de quarta-feira, e diz ter negado imediatamente os pedidos. Entretanto, faltou tempo hábil para serem tomadas atitudes que impedissem os fiscais de realizar a operação.

A Administração ainda teria tentado persuadir os fiscais a desistirem da operação, motivo pelo qual apenas doze dos fiscais eram de Brasília, os quais foram afastados de suas funções por 60 dias. Até agora foram os únicos a serem identificados. Sindicância será aberta para apurar os fatos. As demais administrações vão se encarregar de apurar e punir os seus fiscais.

Os fiscais ainda têm contra si o desrespeito ao limite mínimo de 10 dias para a regularização e, mais grave, a utilização de formulários falsos para a notificação de irregularidades. Todas as 53 notificações realizadas ontem foram anuladas.

## OPERAÇÃO-PADRÃO

A confusão armada ontem entre fiscais de Obras e Posturas e os comerciantes da SCRN 702/703 Norte não rendeu apenas muito bate-boca e a suspensão de doze dos envolvidos. O incidente ainda não havia terminado e já se buscavam explicações para as atitudes dos fiscais.

Para o GDF, os fiscais estão realizando uma operação padrão em todo o Distrito Federal, agindo em uma cidade diferente a cada semana, sob orientação do sindicato da categoria, o Sindifis. Esta seria a forma encontrada para pressionar o governo por melhores salários.

O salário-base dos fiscais, em Brasília, é de pouco mais de R\$ 500. Eles afirmam que este é o menor salário recebido pela categoria no Brasil e que em uma cidade como o Rio de Janeiro este valor é superior a R\$ 3 mil. Mas o governo também não descarta

Jefferson Rudy



*Os advogados George Peixoto Lima e Dalmo Meireles subiram no trator e conseguiram impedir a retirada da cobertura metálica de uma oficina mecânica*

que os motivos também podem estar ligados à proximidade das eleições.

Mas o coordenador da operação, Josias Perez Maia, garante que o próprio GDF é o maior interessado nas ações dos fiscais, já que o aporte na fiscalização promove um aumento na arrecadação fiscal. “Com o pagamento das taxas de ocupação das áreas públicas, o governo

pode arrecadar, pelo menos, 300 mil reais por mês.”

Como parte dessa operação-padrão, na última quarta-feira fiscais de posturas retiraram, no Gama, oito equipamentos de controle de velocidade, os “pardais”, e mais 14 em Santa Maria. No Gama, três fiscais e o presidente do Sindifis chegaram a ser detidos e levados para a 14ªDP, mas

foram liberados em seguida. Eles alegam que a Engebrás, empresa responsável pelos pardais, foi notificada pela utilização de logradouro público (os postes onde os aparelhos são fixados) sem recolher as taxas previstas. Todos os pardais voltarão para seus lugares.

Como a Administração de Brasília, além de proibir a operação também

negou a utilização de quaisquer dos seus equipamentos, os fiscais tiveram que conseguir trator, caminhonete, maçarico e demais apetrechos em outro lugar. Mas nenhum deles confirmou a fonte dos materiais. Apesar de afastados de suas atribuições durante os próximos 60 dias, os fiscais continuarão a receber, mas o salário virá sem as gratificações.